



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com carta sindical registrada no Ministério do Trabalho sob nº 316872/70, registrado no livro nº 04, folhas 11 em 27 de agosto de 1941, inscrito no CNPJ sob nº 92.939.933/0001-67, por seu representante Sr. Valdir Schwarstzhaupt Bruschi, Presidente, inscrito no CPF sob nº 356.775.620-68, e o SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS, DE EMPRESAS CORRETORAS DE SEGUROS E RESSEGUROS, SAÚDE, CAPITALIZAÇÃO E PREVIDÊNCIA PRIVADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINCOR-RS, inscrito no CNPJ sob nº 89.023.089/0001-15, por seu Presidente Sr. Ricardo Albino Ferreira Pansera, inscrito no CPF sob nº 204.915.650-20, firmam a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, nos termos do artigo 611 da CLT mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de janeiro de 2019 as empresas (empregadores) concederão a todos seus empregados trabalhadores, um reajuste salarial de 3,43%, (três vírgula quarenta e três por cento) incidentes sobre os salários vigentes em 1º de janeiro de 2018.

Parágrafo Primeiro - Com a aplicação do percentual de reajuste previsto no caput, o Sindicato Profissional dá como cumprido o período revisando.

Parágrafo Segundo – O pagamento das diferenças de todas as cláusulas econômicas, decorrentes do reajuste previsto no caput deverão ser efetuadas pelas empresas (empregadores) até que seja paga a folha de pagamento do mês de dezembro de 2019.

Parágrafo Terceiro - Na aplicação do percentual previsto no caput serão compensados todos os reajustes, aumentos, abonos e antecipações, compulsórios e espontâneos, concedidos no período de janeiro a dezembro de 2018, exceto os aumentos decorrentes de promoção, término de aprendizagem ou experiência, equiparação salarial, sentença transitada em julgado, recomposição ou alteração de salário resultantes de majoração de jornada de trabalho.

Parágrafo Quarto - Para os empregados admitidos após 01/01/2018, o reajustamento previsto no caput será proporcional ao número de meses de trabalho, considerado como mês a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – PISO SALARIAL

Fica assegurado a partir de 1º de janeiro de 2019, o piso salarial profissional de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais.



CLÁUSULA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

Garantidas as condições mais vantajosas já existentes, a jornada de trabalho é a legal prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, qual seja 44 (quarenta e quatro) horas semanais. As empresas (empregadores) poderão contratar empregados trabalhadores em horário corrido de expediente único, jornada reduzida, de até 06 (seis) horas diárias ou jornada de regime parcial, conforme a Nova Lei Trabalhista N° 13.467, de 13 de julho de 2017, com remuneração salarial proporcional à sua jornada de trabalho, tendo como parâmetro o piso da categoria, definido na Cláusula Segunda desta Convenção Coletiva.

CLÁUSULA QUARTA – ANUÊNIOS

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas (empregadores) concederão aos seus empregados trabalhadores, mensalmente, a título de anuênio, 1% (um por cento) do salário base mensal, por ano trabalhado na mesma empresa, fixado o limite máximo de 8% (oito por cento).

Parágrafo Único - O anuênio aqui pactuado não terá natureza salarial para fins de equiparação salarial.

CLÁUSULA QUINTA – AUXÍLIO VALE REFEIÇÃO

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas (empregadores) concederão aos seus empregados trabalhadores, mensalmente, Vale Refeição (Cartão Refeição), no valor de R\$ 22,70 (vinte e dois reais e setenta centavos) por dia trabalhado, sem ônus para o trabalhador, disponibilizados por créditos em "cartões magnéticos" e/ou "smartcards", observadas as condições estabelecidas na Lei n° 6.321, de 14/04/1976, no Decreto n° 5, de 14/01/1991, reiterado na Portaria SIT/DSST n° 3, de 01/03/2002, atualizada pela Portaria SIT/DSST n° 343 de 18/02/2013. Não serão devidos os "Vale Refeição" nos dias em que o trabalhador não trabalhar, como por exemplo nos dias em que estiver em gozo de férias, em gozo da folga "Dia do Securitário", em afastamento por auxílio doença ou acidente, em licença maternidade.

Parágrafo Primeiro – Estão excluídos das vantagens previstas nesta cláusula os empregados trabalhadores que trabalham em horário corrido de expediente único, jornada reduzida, de até 06 (seis) horas diárias.

Parágrafo Segundo – Os valores correspondentes ao Vale Refeição (Cartão Refeição), não tem natureza salarial, por não se constituírem em contraprestação de serviços e não integrarão a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, nos termos da Lei 6.321 de 14 de abril de 1976 e seus Decretos regulamentadores e da Portaria SIT/DSST n° 3, de 01/03/2002 atualizada pela Portaria SIT/DSST n° 343 de 18/02/2013.

Parágrafo Terceiro - Ficam desobrigadas da concessão de Vale Refeição (Cartão Refeição), as empresas (empregadores) que puserem à disposição de seus empregados restaurantes próprios ou de terceiros, onde seja fornecida refeição sem ônus para o empregado trabalhador.



CLÁUSULA SEXTA – AUXÍLIO VALE ALIMENTAÇÃO

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas (empregadores) concederão aos seus empregados trabalhadores, mensalmente, Vale Alimentação (Cartão Alimentação), no valor de R\$ 227,00 (duzentos e vinte e sete reais), sem ônus para o trabalhador, disponibilizados por créditos em “cartões magnéticos” e/ou “smartcards”, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 6.321, de 14/04/1976, no Decreto nº 5, de 14/01/1991, reiterado na Portaria SIT/DSST nº 3, de 01/03/2002, atualizada pela Portaria SIT/DSST nº 343 de 18/02/2013.

Não serão devidos os “Vale Alimentação” nos dias em que o trabalhador estiver em gozo de férias, em afastamento por auxílio doença ou acidente e em licença maternidade.

Parágrafo Primeiro – Estão excluídos das vantagens previstas nesta cláusula os empregados trabalhadores que trabalham em horário corrido de expediente único, jornada reduzida, de até 06 (seis) horas diárias.

Parágrafo Segundo – Os valores correspondentes ao “Auxílio Vale Alimentação” (Cartão Alimentação) não tem natureza salarial, por não se constituírem em contraprestação de serviços e não integrarão a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, nos termos da Lei 6.321 de 14 de abril de 1976 e seus Decretos regulamentadores e da Portaria SIT/DSST nº 3, de 01/03/2002 atualizada pela Portaria SIT/DSST nº 343 de 18/02/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - AUXÍLIO CRECHE

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas (empregadores) que não mantiverem creches, de forma direta ou conveniada, deverão efetuar o reembolso aos seus empregados trabalhadores, até o valor mensal de R\$ 200,58 (duzentos reais e cinquenta e oito centavos), por filho, a partir do retorno da mãe ao trabalho até a criança completar 04 (quatro) anos de idade.

Parágrafo Primeiro - Somente fará jus ao benefício previsto no caput, o empregado trabalhador que solicitar por escrito e com posterior comprovação mensal da despesa, bem como do comprovante de matrícula em instituição educacional infantil.

Parágrafo Segundo – Os signatários convencionam que a concessão da vantagem contida no “caput” desta cláusula atende ao disposto no artigo 389 da CLT, na Portaria nº 1, baixada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, em 15/01/69 (DOU de 24/01/69), bem como nas Portarias nº 3.296, de 03/09/86 e nº 670, de 20/08/97, do Ministério do Trabalho.

Parágrafo Terceiro – O benefício previsto nesta cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços e não integrará o salário do empregado para nenhum efeito legal.



Parágrafo Quarto – Na hipótese de o casal estar empregado, o benefício previsto nesta cláusula será pago a um deles somente. Assim, no caso de o empregado ter cônjuge ou companheiro(a) trabalhando, deverá apresentar declaração anual da empresa em que é empregado(a) informando que o cônjuge ou companheiro(a) não possui lá tal benefício. Caso a empresa do cônjuge ou companheiro(a) não forneça a declaração, o(a) próprio(a) empregado(a) poderá declarar isso por escrito e assinar, assumindo a responsabilidade por eventual falsidade, sob as penas da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - VALE-TRANSPORTE

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas (empregadores) entregarão "vale-transporte", de acordo com a Lei nº 7.418/85 e a Lei nº 7.619/87, aos empregados trabalhadores, conforme suas declarações por escrito informando o endereço residencial completo, o(s) meio(s) de transporte(s) que será(ão) utilizado(s) nos deslocamentos e os itinerários residência-trabalho-residência, sendo que o desconto máximo será de 3% (três por cento) para os empregados trabalhadores com remuneração de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

Parágrafo Único – O empregado trabalhador que não desejar o vale-transporte deverá apresentar declaração informando que não se utiliza do transporte público.

CLÁUSULA NONA - ADIANTAMENTO

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, fica facultada às empresas (empregadores) a concessão de adiantamento quinzenal aos seus empregados trabalhadores. Se optar por conceder o adiantamento quinzenal, este deverá ser de pelo menos 30% (trinta por cento) do salário básico mensal.

CLÁUSULA DÉCIMA – SEGURO DE VIDA

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas (empregadores) deverão contratar, com seguradora legalmente constituída, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em favor dos seus empregados trabalhadores, sendo que os custos para as seguintes coberturas mínimas serão integralmente responsabilidade das empresas (empregadores):

R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais) para morte natural;

R\$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais) para morte acidental;

R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais) para invalidez total permanente por acidente.

Parágrafo Primeiro – A partir das coberturas mínimas e dos respectivos capitais segurados mínimos estipuladas no caput desta cláusula, poderão as empresas (empregadores) e os empregados trabalhadores, de comum acordo, pactuar coberturas adicionais e importâncias seguradas acima do mínimo estabelecido, sendo que as empresas (empregadores) arcarão com os custos referentes às coberturas básicas e até os limites das importâncias seguradas estabelecidas, e os custos referentes às coberturas adicionais desejadas e/ou às importâncias seguradas adicionais aos mínimos estabelecidos serão custeados, exclusivamente, pelos empregados trabalhadores que as desejarem.



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

Parágrafo Segundo – As empresas (empregadores) não serão responsabilizadas, sob qualquer forma, solidária ou subsidiariamente, na eventualidade de a seguradora contratada não cumprir com as cláusulas previstas na apólice, ficando o empregado ou seus beneficiários livre(s) para acionar a seguradora em busca de seus direitos.

Parágrafo Terceiro - A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços e não integrará a remuneração do empregado para todos os efeitos legais.

Parágrafo Quarto - A empresa (empregador) que não contratar o seguro assumirá o risco e responderá com seu patrimônio e dos seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DIA DO SECURITÁRIO

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, fica estabelecido que a terceira segunda-feira do mês de outubro será reconhecida como o “**DIA DO SECURITÁRIO**”, o qual será considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único - É facultativo às empresas (empregadores) exigirem a prestação de trabalho no aludido dia, desde que o(s) empregado(s) trabalhador(es) seja(m) avisado(s) por escrito, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência. Hipótese em que este dia de repouso será gozado em outra data, estipulada de comum acordo, no máximo até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, desde que o gozo deste dia se dê em uma segunda ou sexta-feira (posterior ou anterior ao final de semana) ou em um dia de semana que seja anterior ou posterior a um feriado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, fica vedada, ressalvada a hipótese de justa causa, a dispensa da empregada gestante até 30 (trinta) dias que seguirem ao período de repouso previsto no art. 93 do Decreto nº. 3.048 de 06/05/1999 e no Art. 392 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, fica vedada a despedida sem justa causa, no período de 12 (doze) meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria voluntária ou por idade junto a Previdência Oficial, do empregado que trabalhar a mais de 10 (dez) anos na mesma empresa, desde que este empregado tenha comunicado previamente o fato, por escrito, ao empregador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTE DE TRABALHO

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, na hipótese de concessão de auxílio-doença/acidente de trabalho pelo INSS, fica assegurada ao empregado trabalhador, por um período máximo de 03 (três) meses, uma complementação do valor do benefício, até a remuneração mensal a que faria jus se estivesse em atividade.



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

Parágrafo Primeiro – A concessão da complementação prevista no “caput” desta cláusula, será devida por um período máximo de 03 (três) meses para cada licença concedida, desde que a causa da doença ou acidente de trabalho que originou a nova licença seja diferente da(s) anterior(es).

Parágrafo Segundo – As Empresas que já concedem o benefício aqui previsto, quer diretamente ou através de Previdência Privada, ficam desobrigadas da sua concessão, respeitando-se os critérios mais vantajosos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROVAS ENEM/VESTIBULAR

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, mediante aviso prévio do empregado trabalhador por escrito de, no mínimo, 02 (dois) dias úteis, e desde que ele apresente à empresa (empregador) o comprovante de que efetivamente prestou a prova até 02 (dois) dias úteis após tê-la prestado, será abonada, sem desconto do empregado, a falta no dia de prova escolar obrigatória de VESTIBULAR e/ou ENEM, se esta for aplicada durante o horário de trabalho do empregado.

Parágrafo Único – Atendido o previsto no “caput”, a ausência será enquadrada no artigo 131, inciso IV, da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HORA EXTRA ESTUDANTE

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, desde que o empregado trabalhador tenha informado por escrito previamente à empresa (empregador) sua condição de estudante, com o respectivo comprovante de matrícula, o horário de aula e o tempo que dispense para o deslocamento desde o trabalho até a escola, para este fica vedado o trabalho extra, quando coincidente com o horário de aula ou com o tempo necessário ao deslocamento do trabalho para a escola.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CURSOS

As empresas (empregadores) pagarão aos seus empregados trabalhadores 100% (cem por cento) dos custos de cursos oficialmente reconhecidos e de interesse na objetivação das finalidades sociais, quando tais cursos forem indicados pelo empregador.

Parágrafo Único – O benefício previsto nesta cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços e não integrará o salário do empregado para nenhum efeito legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EPIs E UNIFORMES

Conforme previsto no Art. 166 da CLT, as empresas (empregadores) fornecerão os equipamento de proteção individual (EPIs) apontados como necessários pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da empresa, conforme definido pela Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Rua Riachuelo, 914 - Centro - Porto Alegre RS - CEP 90.010-272
Fone/Fax: (51) 3219.1077/3219.5638/3217.5496
sindicato@securitariosrs.org.br
<http://www.securitariosrs.org.br>



Caso a empresa (empregador) institua uniforme e exija seu uso pelos empregados trabalhadores, caberá a empresa (empregador) o fornecimento, sem custo para o empregado trabalhador.

Quanto aos EPIs e uniformes, caberá ao empregado trabalhador:

- a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para o uso;
- d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado;
- e) devolvê-lo quando demitido ou demitir-se.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

A Assembleia Geral Extraordinária do Sincor-RS realizada no dia 04/10/2019, devidamente convocada por meio do Edital publicado em 23/09/2019, no Jornal do Comércio, página 21, instituiu, de acordo com o artigo 513, alínea “e” da CLT, que todas as empresas representadas pela entidade patronal conveniente e, portanto, destinatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho, obrigam-se a recolher até o dia 20/12/2019 a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL tem como base de recolhimento valor fixo, estipulado em R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todas as empresas representadas pela entidade patronal conveniente se obrigam ao pagamento da contribuição negocial patronal, criada com força de Lei, conforme caput do Artigo 611 A da CLT, uma vez que beneficiárias diretas do presente instrumento coletivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O recolhimento deve ser feito por estabelecimento / unidade / CNPJ, ou seja, as empresas que possuem filiais na base de representação devem efetuar o recolhimento da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL tanto da matriz quanto das filiais.

PARÁGRAFO QUARTO - O recolhimento da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL será feito através de boleto bancário que será enviado à empresa representada via e-mail cadastrado, com prazo de pagamento até 20/12/2019, para todas as empresas que já constavam cadastradas até a data da assembleia, 04/10/2019.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas constituídas ou cadastradas na entidade após 04/10/2019 recolherão a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL até o dia 30 do mês subsequente à sua constituição.

PARÁGRAFO SEXTO - Expirados os prazos mencionados nos parágrafos anteriores sem o pagamento devido, incidirá multa de 2%, juros *pro-rata die* de 1% ao mês e correção monetária pelo IGP-M/FGV.



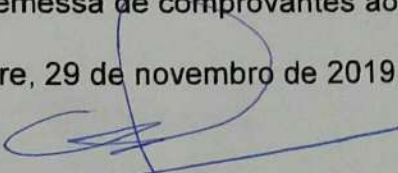
Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros
Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros
Privados e de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ 92.939.933/0001-67

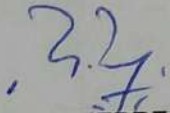
PARÁGRAFO SÉTIMO - A empresa corretora de seguros que desejar apresentar oposição à CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL 2019 deverá fazê-lo até 20/12/2019, por escrito, sob protocolo, através de instrumento firmado por seu administrador responsável, na sede do sindicato patronal (atendimento de segundas a sextas-feiras das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min) ou por carta registrada com AR, que valerá como protocolo, valendo a data da postagem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – VIGÊNCIA

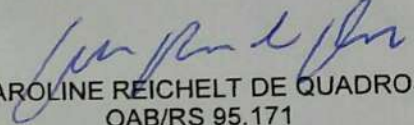
A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigerá pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, conforme possibilita a Lei trabalhista, cabendo ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização, de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito e em Empresas de Previdência Privada as providências de registro dos seus termos na forma da Lei e posterior remessa de comprovantes ao Sindicato dos Corretores de Seguros.

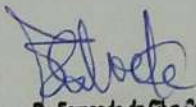
Porto Alegre, 29 de novembro de 2019.


VALDIR SCHWARSTZHAUPT BRUSCHI
Presidente Sindicato Profissional


RICARDO ALBINO FERREIRA PANSERA
Presidente Sindicato Econômico

CAIO MÚCIO TORINO
OAB/RS 22.226


CAROLINE REICHELT DE QUADROS
OAB/RS 95.171


Dr. Fernando da Silva Calvete
OAB/RS 43.031